



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and a smaller one below it.

# RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

---

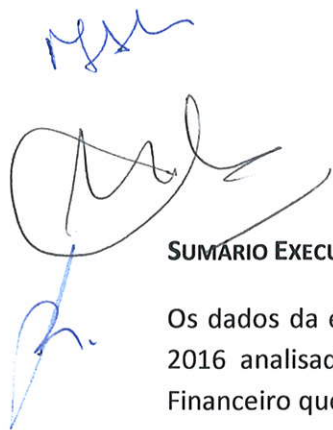
**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES**

---



3º TRIMESTRE DE 2016

Relatório n.º 1-VNP/2017



## **SUMÁRIO EXECUTIVO**

Os dados da execução orçamental do Município de Vila Nova de Poiares do 3.º trimestre de 2016 analisados no presente relatório, face às metas definidas no Plano de Ajustamento Financeiro que o Município, bem como o cumprimento das medidas previstas no mesmo plano são, em síntese, os seguintes:

### **1. Medidas do Plano de Ajustamento Municipal (PAM) do Município de Vila Nova de Poiares**

1.1. As medidas previstas no PAM para o reequilíbrio orçamental foram cumpridas na sua generalidade verificando-se contudo um atraso na implementação das medidas de redução de despesa nos consumos intermédios.

1.2. As medidas relativas ao Plano de Reestruturação da Dívida (PRD) e Assistência Financeira previstas no PAM foram cumpridas na sua globalidade.

### **2. Execução orçamental do Município de Vila Nova de Poiares do 3.º trimestre de 2016 face às metas definidas no Plano de Ajustamento Financeiro que o Município**

2.1. A receita total apresentou, no período em análise, um ligeiro acréscimo de 1% face ao montante definido no PAM e um grau de execução de cerca de 93%.

2.2. A despesa total apresentou, no mesmo período, um decréscimo de cerca de 17% face ao montante definido no PAM e um grau de execução de 77%. Os compromissos assumidos apresentam um rácio de 90% face ao montante global da despesa definida no PAM.

2.3. No saldo total verificou-se um desvio positivo de cerca de 445 m€ face ao valor previsto no PAM

### **3. Principais recomendações**

3.1. Destacam-se as **recomendações ao Município de Vila Nova de Poiares** que visam **garantir a/o**:

- ✓ Aplicação de fatores majorativos no que se refere à taxa de IMI e derrama;
- ✓ Revisão dos regulamentos das taxas e preços com vista à revogação das cláusulas referentes às isenções e benefícios fiscais, apurando os referidos montantes que ainda se encontrem em vigor;
- ✓ Aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem cobrança de taxas, preços municipais e coimas;
- ✓ Limitação dos custos com remunerações eventuais com vista ao cumprimento dos limites anuais;
- ✓ Redução da despesa corrente no que se refere aos consumos intermédios e outros serviços (5 mil €/ano até 2019) assim como a despesa de capital, bem como implementar as medidas adicionais referidas no Relatório da Direção Executiva do FAM sobre o PAM.



## Índice

Introdução .....	3
Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Nova de Poiares .....	4
Reequilíbrio orçamental .....	4
Receita .....	4
Despesa .....	7
Plano de Reestruturação da Dívida (PRD) .....	9
Assistência Financeira .....	11
Análise da execução do orçamento municipal (OM) até ao 3.º trimestre de 2016 face à previsão de execução prevista no PAM para o mesmo período .....	12
Receita .....	14
Despesa .....	16
Saldos orçamentais .....	19
Conclusões .....	20
Proposta e considerações finais .....	21

## Índice de Quadros e Gráficos

QUADRO 1 – Pagamentos efetuados com verbas do empréstimo concedido pelo FAM .....	11
QUADRO 2 – Comparação dos montantes previsionais face à execução .....	13
GRÁFICO 1 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da receita corrente do 3.º trimestre face à execução no mesmo período .....	14
GRÁFICO 2 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da receita corrente acumulados até ao 3.º trimestre face à execução acumulada no mesmo período .....	15
GRÁFICO 3 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da receita de capital do 3.º trimestre face à execução no mesmo período .....	15
GRÁFICO 4 - Comparação dos montantes previstos no PAM da receita de capital acumulados até ao 3.º trimestre face à execução acumulada no mesmo período .....	16
GRÁFICO 5 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da despesa corrente do 3.º trimestre face à execução no mesmo período .....	17
GRÁFICO 6 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da despesa corrente acumulados até ao 3.º trimestre face à execução acumulada no mesmo período .....	17
GRÁFICO 7 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da despesa de capital do 3.º trimestre face à execução no mesmo período .....	18
GRÁFICO 8 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da despesa de capital acumulados até ao 3.º trimestre face à execução acumulada no mesmo período .....	18
GRÁFICO 9 - Comparação dos montantes previstos no PAM, dos saldos orçamentais do 3.º trimestre face à execução no mesmo período .....	19
GRÁFICO 10 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da receita e despesa efetiva do 3.º trimestre face à execução no mesmo período .....	20



## INTRODUÇÃO

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, doravante Lei do FAM, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM), tem como objetivo estabelecer os mecanismos jurídicos e financeiros necessários à adoção de medidas que permitem a um município atingir e respeitar o limite de dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Nos termos do artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sempre que o Município se encontre em situação de rutura financeira é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal recorrendo ao FAM.

Encontrando-se o Município de Vila Nova de Poiares numa situação de rutura financeira, o mesmo recorreu ao mecanismo previsto na Lei do FAM nos termos do normativo referido no parágrafo anterior. No dia 18 de maio de 2015 o Município apresentou uma proposta de Plano de Ajustamento Municipal (PAM) conforme previsto no art.º 24.º da Lei do FAM. Na sequência da análise da DGAL e do FAM à referida proposta, o Município apresentou uma nova versão do PAM, a 14 de setembro de 2015, a qual foi avaliada, alterada e aprovada pela Direção Executiva do FAM e mereceu de pronúncia prévia da Comissão de Acompanhamento, nos termos dos art.ºs 9.º e 11.º, respetivamente, da Lei do FAM.

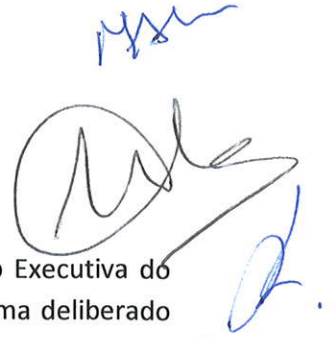
O PAM aprovado tem como objetivo principal a redução da dívida total do Município até ao limite previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. Para o cumprimento desse objetivo, foram estabelecidas medidas orçamentais, com limites quantitativos tanto na receita como na despesa, um plano de reestruturação da dívida, o Município fica vinculado a obrigações de monitorização do cumprimento do PAM e a celebrar um contrato de assistência financeira com o FAM no limite máximo de € 15.133.881,44 (quinze milhões, cento e trinta e três mil, oitocentos e oitenta e um euros e quarenta e quatro cêntimos), pelo prazo de 25 anos.

O contrato de assistência financeira celebrado entre o Município de Vila Nova de Poiares e o FAM, assinado a 30 de junho de 2016, foi visado pelo Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto a 11 de julho de 2016.

Face ao exposto, o Município de Vila Nova de Poiares apresentou no dia 28 de novembro de 2016 um relatório para a monitorização do PAM para o 3.º trimestre de 2016, bem como os anexos da execução orçamental e execução do plano de reestruturação de dívida.

Nos termos da alínea d) e e) do art.º 9.º da Lei do FAM, compete à Direção Executiva do FAM monitorizar a execução dos PAM e elaborar um relatório de acompanhamento dos mesmos.

Segundo o disposto no art.º 29.º do mesmo diploma legal, os Municípios aderentes ao Programa de Ajustamento Municipal têm obrigações de reporte da informação necessária à monitorização do referido programa, devendo ainda apresentar um anexo ao relatório de gestão sobre a execução do PAM onde conste a justificação dos desvios verificados.



Conforme o previsto no n.º 1 do art.º 29.º da Lei do FAM, compete à Direção Executiva do FAM definir a estrutura da monitorização dos PAM, tendo para o efeito a mesma deliberado na reunião, de 28 de outubro de 2016, a estrutura da informação necessária a prestar pelos Municípios aderentes para a referida monitorização.

Neste sentido, o presente relatório visa a análise do cumprimento e acompanhamento do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Nova de Poiares, apresentando-se na primeira parte todas as medidas contidas no PAM, bem como as informações prestadas pelo Município, em sede de monitorização, verificando-se o adequado cumprimento das mesmas.

Numa segunda parte pretende-se analisar a execução orçamental do Município em relação às previsões constantes nos formulários de execução orçamental previstos no PAM, no que respeita à receita, despesa e saldos orçamentais.

Nas conclusões do presente relatório pretende-se avaliar a execução do Plano e emitir as recomendações de ajustamento, tendo em vista a libertação da tranche subsequente de capital do empréstimo de assistência financeira.

## **I. MEDIDAS DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES**

### **1. REEQUILÍBRIO ORÇAMENTAL**

#### **1.1. RECEITA**

##### **1. O MUNICÍPIO compromete-se a manter a participação variável no IRS à taxa máxima, pelo prazo de vigência do PAM:**

O Município refere, no relatório de monitorização, que as propostas de participação variável de IRS para 2015 e 2016, a cobrar em 2016 e 2017 respetivamente, é de 5% e foram objeto de aprovação pela Assembleia Municipal a 8 de setembro de 2015 e a 30 de setembro de 2016. Foram disponibilizados comprovativos da Autoridade Tributária e Aduaneira em conformidade, pelo que se considera que a medida foi cumprida.

##### **2. O MUNICÍPIO compromete-se a manter a taxa máxima de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, pelo prazo de vigência do PAM:**

O Município refere, no relatório de monitorização, que as propostas para fixar a taxa de derrama para 2015 e 2016, a cobrar em 2016 e 2017, respetivamente, é de 1,5% e foram objeto de aprovação pela Assembleia Municipal a 8 de setembro de 2015 e a 30 de setembro de 2016. Foram disponibilizados comprovativos da Autoridade Tributária e Aduaneira em conformidade, pelo que se considera que a medida foi cumprida.

##### **3. O MUNICÍPIO compromete-se a deliberar em 2015 e até ao término da vigência do PAM, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) no nível máximo legalmente previsto:**



O Município refere, no relatório de monitorização, que as propostas de fixação da taxa de IMI para 2015 e 2016, a cobrar em 2016 e 2017, respetivamente, é de 0,8% para os prédios rústicos e 0,5% para os prédios urbanos e foram objeto de aprovação pela Assembleia Municipal a 8 de setembro de 2015 e a 30 de setembro de 2016. Foram disponibilizados comprovativos da Autoridade Tributária e Aduaneira em conformidade, pelo que se considera que a medida foi cumprida.

**4. A aprovação da deliberação em 2015 acima referida, com efeitos na liquidação e cobrança de IMI no ano económico imediatamente seguinte, constitui condição necessária para efetivação da componente de assistência financeira ao abrigo do PAM:**

Face ao exposto no ponto anterior, considera-se que a medida foi cumprida.

**5. O MUNICÍPIO compromete-se a não aplicar qualquer fator minorativo e a aplicar os fatores majorativos nos termos e para os efeitos legalmente previstos, no que se refere à taxa de IMI e de derrama, pelo prazo de vigência do PAM:**

O Município declara, no relatório de monitorização, que não foram aplicados quaisquer fatores minorativos no que se refere à taxa de IMI, declarando ainda que não foram desenvolvidos procedimentos com vista à aplicação de fatores majorativos, relativamente à referida taxa, nos termos da lei em vigor, pelo que se considera que a medida foi parcialmente cumprida.

**6. O MUNICÍPIO compromete-se a revogar benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do Município, bem como a abster-se quanto à concessão de benefícios durante o prazo de vigência do PAM, sem prejuízo do previsto na alínea d) do art.º 35.º da Lei 53/2014, de 25 de agosto:**

Relativamente a este ponto o Município declara que não concede benefícios fiscais e que após a aprovação do PAM não tomou qualquer deliberação sobre isenções de taxas. No seguimento do pedido de esclarecimento do FAM, sobre a existência de benefícios fiscais ou isenções de taxas no período imediatamente anterior à aprovação do PAM e quais aqueles que se encontram em vigor no que respeita à natureza quantitativa, o Município declarou que, no momento anterior à vigência do PAM, os pedidos formulados de isenção eram deliberados caso a caso e que após a aprovação do PAM a Câmara Municipal não voltou a tomar qualquer deliberação sobre isenção de taxas.

Assim sendo, o Município não apresentou ainda as medidas a adotar relativos à revisão dos regulamentos de taxas e preços com o objetivo de revogar as cláusulas sobre isenções de taxas e benefícios fiscais. Não foram igualmente apresentados os montantes quantitativos dos benefícios fiscais e isenções de taxas concedidos antes da vigência do PAM e que se encontrem em vigor para que seja possível verificar a evolução da despesa fiscal do município, pelo que se considera que a medida foi parcialmente cumprida.



**7. O MUNICÍPIO compromete-se a incorporar nos preços a cobrar pelo Município nos setores do saneamento, água e resíduos as recomendações da entidade reguladora daqueles setores, pelo prazo de vigência do PAM:**

Relativamente a este ponto o Município declarou, no relatório de monitorização, que procedeu em 2015 à revisão e atualização do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais e do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Higiene Pública e das respetivas tarifas, tendo sido pedido parecer à entidade reguladora – ERSAR, relativamente à fundamentação económica e financeira das tarifas de abastecimento de águas, águas residuais e resíduos sólidos urbanos que iriam ser aplicadas no Município, a qual emitiu o seguinte parecer no âmbito do processo n.º 22088, de 26 de agosto de 2015:

*“Globalmente, os níveis de proveitos e as estruturas tarifas parecem ser adequados e de acordo com as orientações transmitidas pela ERSAR”.*

Na verdade, os projetos de regulamento foram aprovados em reunião de Câmara de 15 de setembro de 2015 e, posteriormente, sujeitos a audiência de interessados, tendo sido consultada novamente a ERSAR, nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, as juntas de freguesia, a Guarda Nacional Republicana e Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO). No âmbito da referida audiência de interessados e consulta pública, que decorreu de 6 de outubro a 17 de novembro de 2015, a DECO apresentou sugestões, tendo algumas sido acolhidas pelo serviço competente.

Os referidos regulamentos, nas suas versões finais, foram ratificados em reunião de Câmara, de 4 dezembro de 2015, foram aprovados pela Assembleia Municipal na sua sessão de 27 de novembro de 2015 e publicados em Diário da República: o Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos Higiene Pública do Município de Vila Nova de Poiares, Regulamento n.º 8/2016, na 2ª série n.º 2, de 5 de janeiro de 2016, e o Regulamento de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais do Município de Vila Nova de Poiares, Regulamento n.º 44/2016, na 2.ª série n.º 10, de 15 de janeiro de 2016.

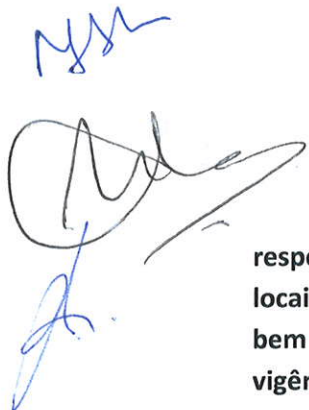
Face ao exposto considera-se que a medida foi cumprida.

**8. O MUNICÍPIO compromete-se a implementar medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível de aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do Município, com os impactos, por ano, constantes do Mapa 3 anexo ao PAM:**

O Município declara, no relatório de monitorização, que não foram implementadas medidas para o cumprimento desta meta, pelo que se considera que a medida não foi cumprida.

**9. No seguimento do ponto anterior, o MUNICÍPIO compromete-se ainda a atualizar anualmente o regulamento e respetiva tabela municipal de taxas e preços,**





**respeitando, nomeadamente o disposto no regime geral das taxas das autarquias locais e no regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, bem como a demais legislação setorial e/ou específica atinente, pelo prazo de vigência do PAM:**

O Município declara, no relatório de monitorização, que está em curso a atualização, até ao final do ano, das tabelas municipais de taxas e preços. Estando já no decurso do último período do exercício de 2016, foram pedidos esclarecimentos ao Município sobre em que fase é que se encontrava a referida atualização, ao que o Município informou que a mesmas já tinha sido publicada nos editais da Câmara, pelo que se considera que a medida foi cumprida.

- 10. O MUNICÍPIO compromete-se a utilizar a receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no PAM na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente a que decorrer da venda de bens de investimento.**

Relativamente a este ponto o Município declarou, no relatório de monitorização, que não houve receita relevante de venda de bens de investimento para a amortização extraordinária de dívida. Verificados os pressupostos na execução orçamental da receita, considera-se que a medida não é aplicável neste trimestre.

- 11. O MUNICÍPIO compromete-se a efetuar as comunicações necessárias e previstas na lei nos termos e para os efeitos previstos nos números acima, nomeadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), devendo informar o FAM das mesmas ao abrigo da monitorização do PAM:**

O Município declara, no relatório de monitorização, que foram comunicadas à AT as taxas e impostos municipais a cobrar em 2017, em conformidade com os comprovativos em anexo, pelo que se considera que a medida foi cumprida.

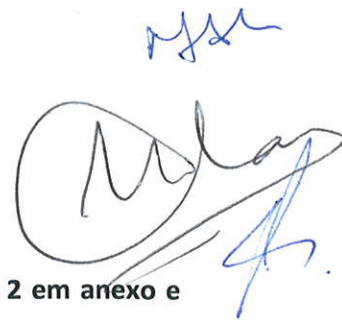
#### **1.2. DESPESA**

- 12. O MUNICÍPIO compromete-se a limitar a despesa realizada com pessoal até 2019, de acordo com as metas constantes do Mapa 2 em anexo, comprometendo-se a partir daí a não aumentar a despesa realizada com pessoal, pelo prazo de vigência do PAM, a um ritmo superior à taxa de inflação.**

Verifica-se que a execução orçamental do 3.º trimestre referente ao agrupamento 01 apresenta um valor inferior ao previsto no PAM (ajustado) em cerca de 10%, conforme Quadro 2. O Município declara ainda, no relatório de monitorização, que o orçamento municipal para o ano de 2017 reflete uma redução de despesa com pessoal no montante de € 49.732,12, pelo que se considera que a medida foi cumprida.

- 13. O MUNICÍPIO compromete-se com a monitorização, pelo prazo de vigência do PAM, de encargos variáveis ou eventuais, designadamente trabalho extraordinário, ajudas de custo e outras despesas com deslocações, por forma a**





**respeitar os limites quantitativos de despesa constantes no Mapa 2 em anexo e disposto no número anterior.**

O Município declara no relatório de monitorização que, apesar do acréscimo de cerca de 13% verificado na execução orçamental do 3.º trimestre, o município compromete-se, na execução orçamental de 2017, não ultrapassar os níveis de execução de cada uma das rubricas orçamentais verificadas no ano de 2016. Colocada a questão sobre a causa do acréscimo de despesa no agrupamento de remunerações variáveis ou eventuais face ao PAM, o Município informou que o mesmo deveu-se ao pagamento de horas extraordinárias aos trabalhadores do serviço de água e saneamento em virtude das inúmeras roturas na rede de água ocorridas no verão. O município referiu ainda que, apesar de o valor percentual ser elevado, o montante em causa, € 1.969,33, tem uma expressão pouco relevante. Não obstante o montante acumulado da execução orçamental do 3.º trimestre de 2016 apresentar um valor superior ao previsto no PAM, a execução isolada do 3.º trimestre apresenta um valor inferior em cerca de € 342,04, face ao PAM ajustado deste período. Dada a reduzida materialidade e o esforço do Município em controlar a despesa no referido agrupamento, considera-se que a medida foi parcialmente cumprida.

- 14. O MUNICÍPIO compromete-se a apresentar até final de 2015 uma proposta alternativa de redução de número de postos de trabalho, para este efeito, incluindo-se eventuais aquisições de serviços a pessoas singulares que conduza a uma redução superior aos 2 efetivos previstos em 2019.**

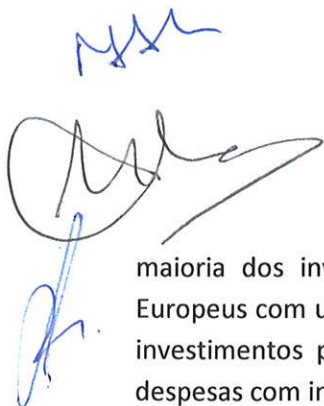
Relativamente a este ponto o Município declarou no relatório de monitorização que reduziu até ao final deste trimestre 4 trabalhadores do seu quadro de pessoal e uma pessoa singular prestadora de serviços de avença. A informação prestada pelo Município está em conformidade com as “Fichas do Município” reportadas à DGAL, pelo que se considera que a medida foi cumprida.

- 15. O MUNICÍPIO compromete-se a não adotar medidas em matéria de gestão do tempo de trabalho que conduzam ao aumento de despesa, pelo prazo de vigência do PAM.**

O Município declara, no relatório de monitorização, que não tem medidas de gestão de tempo tendentes ao aumento de despesa, possuindo um banco de horas que substitui o pagamento de horas extraordinárias, nos termos da lei, pelo que se considera que a medida foi cumprida.

- 16. O MUNICÍPIO compromete-se a proceder ao faseamento da despesa de investimento respeitando os limites quantitativos constantes do Mapa 2 do PAM, comprometendo-se a partir daí a não aumentar a despesa realizada, pelo prazo de vigência do PAM, a um ritmo superior à taxa de inflação, sem prejuízo do aumento que tenha como contrapartida receitas legalmente consignadas.**

O Município declara, no relatório de monitorização, que durante o ano de 2016 está a realizar investimentos em curso que serão pagos até 31 de dezembro de 2016. Refere ainda que a



maioria dos investimentos previstos nas GOP's 2017, são projetos candidatos a Fundos Europeus com uma taxa de comparticipação de 85%, refletindo ainda o faseamento de outros investimentos para o ano de 2018. Colocada a questão sobre as causas do acréscimo de despesas com investimento face ao previsto no PAM,

do montante de € 366.542 para € 623.588, o Município esclarece que, da despesa total verificada no trimestre, € 344.001,22 correspondem a pagamento de dívida comercial inscrita em PRD no PAM e paga com os montantes disponibilizados na 1ª tranche do empréstimo de assistência financeira, sendo a despesa com bens de investimentos efetiva de € 279.586. Apesar do montante da referida despesa do trimestre em apreço ser superior em cerca de 16% do valor previsto no PAM para o período homólogo, a execução acumulada está a 88% do valor previsto no PAM, pelo que se considera que a medida foi cumprida.

- 17. O MUNICÍPIO compromete-se ainda a implementar medidas de redução da despesa corrente e de capital, com os impactos mínimos, por ano, constantes no Mapa 3 do PAM, designadamente no que se refere aos consumos intermédios, outros serviços (5 mil €/ano até 2019), assim como promover a implementação das medidas adicionais referidas no Relatório da Direção Executiva do FAM sobre o PAM.**

Relativamente a este ponto o Município declarou no relatório de monitorização que ainda não foram implementadas medidas de redução das despesas de consumos intermédios e outros serviços, uma vez que se tratou do início da implementação do Plano de Ajustamento, pelo que se considera que neste trimestre a medida não foi cumprida.

## **2. PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA (PRD)**

- 19. O MUNICÍPIO compromete-se a respeitar os acordos de reestruturação da dívida firmados com os credores, no âmbito do PRD (vd. Vol. II, anexo b).**

O Município declara, no relatório de monitorização, que respeita os acordos de reestruturação da dívida firmados com os credores no âmbito do PRD e que o montante do desembolso da primeira tranche foi utilizado para o pagamento da dívida financeira e dívida comercial, nos termos previstos no Plano e no disposto nos art.ºs 41.º e 42.º da Lei do FAM redação, bem como os limites estabelecidos nas cláusulas segunda e terceira do Contrato de Empréstimo e de Assistência Financeira.

Conforme os extratos bancários disponibilizados pelo Município, a dívida financeira registada no PAM foi paga no decurso do 3.º trimestre. Foi disponibilizada ainda uma lista com os pagamentos efetuados a fornecedores, constantes no PRD como dívida comercial, com a verba disponibilizada na 1.ª tranche, tendo sido respeitada a ordem de pagamentos e tendo sobrado um saldo residual de € 884,95, a ser utilizado após o desembolso da 2.ª tranche para o pagamento das dívidas comerciais subsequentes, pelo que se considera que a medida foi cumprida.

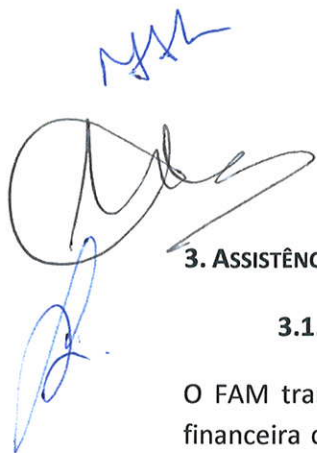


- 20. O MUNICÍPIO compromete-se a tomar as deliberações necessárias, no âmbito do artigo 26º da Lei do FAM e a sujeitar os acordos destinados a alterar as condições atuais de empréstimos que constituam dívida pública fundada a visto prévio do Tribunal de Contas.**

O Município declara, no relatório de monitorização, que tomou as deliberações necessárias, no âmbito do artigo 26º da Lei do FAM e a sujeitar os acordos destinados a alterar as condições atuais de empréstimos que constituam dívida pública fundada a visto prévio do Tribunal de Contas (Visto tácito a 31/03/2016), pelo que se considera que a medida foi cumprida.

- 21. O MUNICÍPIO compromete-se a verificar a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente a título de procedimentos de contratação pública, comprometendo-se ainda a não efetuar qualquer pagamento de dívidas aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa.**

O Município declara, no relatório de monitorização, que verifica a legalidade e conformidade da realização de despesa, nomeadamente a título de procedimentos de contratação pública, comprometendo-se ainda a não efetuar qualquer pagamento de dívidas aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa, pelo que se considera que a medida foi cumprida.



### 3. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

#### 3.1. Execução das tranches, pagamentos efetuados e amortização de empréstimo.

O FAM transferiu para o Município a quantia de € 11.423.784,13, ao abrigo da assistência financeira contratualizada. O Município informou que o montante recebido foi utilizado para efetuar os seguintes pagamentos:

**QUADRO 1 – Pagamentos efetuados com as verbas da primeira *tranche* do empréstimo concedido pelo FAM**

Entidade	Valor
DGTF/ATU	854.529,00 €
DGTF/PREDE	1.470.610,40 €
Santander Totta/PREDE	2.045.346,30 €
CGD/Saneamento Fin.	3.747.842,99 €
BGP/Saneamento Fin.	929.037,85 €
CCA/Saneamento Fin.	585.272,93 €
Montepio/Saneamento Fin.	1.199.602,48 €
Fornecedores/PRD a)	591.542,18 €
<b>Total b)</b>	<b>11.423.784,13 €</b>

Fonte: Relatório de Monitorização Trimestral do Plano de Ajustamentos Municipal – Município de Vila Nova de Poiares – Setembro 2016

- a) Valor corrigido para € 590.657,10, nos termos das informações prestadas decorrentes da listagem de pagamentos a fornecedores constantes no PRD.
- b) Valor corrigido para € 11.422.899,18, nos termos das informações prestadas decorrentes da listagem de pagamentos a fornecedores constantes no PRD.

Pelo que se considera que a execução foi cumprida, na sua generalidade, nos termos previstos no PAM.

#### 3.2. Medidas do Executivo para cumprimento do PAM.

Relativamente a este ponto o Município declarou, no relatório de monitorização, que em virtude de ter sido o primeiro trimestre de execução do PAM, ainda não foram tomadas pelo Executivo medidas concretas para cumprimento do PAM. Solicitada a informação sobre a identificação e calendarização das medidas no curto prazo, o Município informou que, quanto às medidas de consolidação orçamental, foram tomadas as seguintes medidas:

- a) Aplicação de taxas máximas de impostos, conforme descrito nos pontos 1 a 3;
- b) Fixação de preços tendo em conta as recomendações da ERSAR, conforme descrito no ponto 7;
- c) Novos preços e tributos a lançar, incluindo derramas, taxas e encargos de mais-valias encontram-se em fase de preparação de novos regulamentos, dada a complexidade dos mesmos;
- d) Aperfeiçoamento de processos de cobrança de taxas e preços municipais, de aplicação de coimas e execução fiscal, resultante na cobrança de juros de mora por atraso no pagamento de faturas referentes a venda de bens e serviços. Está a ser elaborado um protocolo com a AT para que a mesma assegure as execuções fiscais relativamente a impostos e outros tributos administrados pela Autarquia;
- e) Redução do número de trabalhadores face aos existentes, conforme descrito no ponto 14;





- f) Limitação de abonos relativos a ajudas de custo e horas extraordinárias, conforme descrito no ponto 13;
- g) Limitação de despesa realizada em “Outros Serviços” não foi possível concretizar na medida em que houve uma escassez de pessoal resultante do absentismo por motivo de doença, correspondendo a 2.919 dias, estando a maioria do quadro de pessoal do Município compreendido na faixa etária dos 44 aos 54 anos. O Município refere ainda que a passagem de alguns trabalhadores à situação de aposentação originará uma redução dos encargos com a prestação de serviços;

Pelo que se considera que a tomada de medidas para o cumprimento do PAM foi parcialmente cumprida.

## **II. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL (OM) ATÉ AO 3.º TRIMESTRE DE 2016 FACE À PREVISÃO DE EXECUÇÃO PREVISTA NO PAM PARA O MESMO PERÍODO**

As medidas e obrigações previstas no PAM refletem-se quantitativamente em metas orçamentais, tanto do lado da receita como da despesa municipal, resultando em objetivos quanto ao saldo (poupança) a obter tendo em vista, nomeadamente, assegurar o pagamento dos encargos com o empréstimo contraído ao abrigo da assistência financeira concedida pelo FAM bem como reduzir o rácio da dívida total do município nos termos programados.

Estando o PAM em fase de execução, o Município de Vila Nova de Poiares elaborou um relatório e apresentou a informação necessária à monitorização do 3.º trimestre de 2016 do referido programa de ajustamento.

No Quadro I.1 infra, consta um resumo comparativo entre a execução orçamental prevista no PAM e a execução orçamental do Município verificada no 3.º trimestre de 2016 referentes aos principais agregados orçamentais.

A presente análise, pretende avaliar a execução orçamental em duas perspetivas, na medida em que a previsão da execução do PAM, nos primeiros anos, são trimestrais. Assim é feita uma comparação direta entre os montantes previstos no 3.º trimestre do PAM com a execução orçamental do Município, isolada ao mesmo período, expurgando os valores do 1.º e 2.º trimestre.

A outra análise feita é numa perspetiva acumulada, verificando-se aqui qual a execução acumulada até ao referido período face ao valor global previsto no PAM para o ano de 2016, sendo possível apurar o grau de execução dos agregados económicos.

QUADRO 2 – Comparação dos montantes previsionais face à execução

DESIGNAÇÃO	PAM 1T (1)	Ajustamentos* (2)	PAM 3T ajustado (3)=(1)+(2)	PAM (4)	Ajustamentos* (5)	PAM ajustado (6)=(4)+(5)	CO 3T (7)	CO 1T 3T (8)	Compromissos 1T 3T		Diferença 3T (10)=(9)-(8)	Desvio 3T (%) (11)=[(10)/(8)]*100	Execução 1T 3T / PAM (%) (12)=[(8)/(6)]*100	Compromissos 1T 3T / PAM (%) (13)=[(9)/(6)]*100	Diferença 1T 3T (14)=(9)-(6)	Obs.
									(9)	(10)						
2016																
Receitas correntes	1.489.133,3		1.493.133,3	6.157.901,6		6.157.901,6	1.529.486,5	4.748.803,2		36.353,2	2%	77%	-1.409.098,4			
Impostos diretos	325.247,8		325.247,8	1.456.257,5		1.456.257,5	297.928,0	958.951,9		-27.319,8	-8%	66%	-487.305,6			
Impostos indiretos	12.744,6		12.744,6	100.040,1		100.040,1	24.039,7	58.560,6		11.295,0	89%	59%	-41.479,4			
Taxas, multas e outras penalidades	103.061,4		103.061,4	293.652,3		293.652,3	110.371,6	304.734,0		7.310,1	7%	104%	11.081,7			
Rebates da propriedade	61.420,9		61.420,9	318.449,7		318.449,7	72.106,3	199.914,2		10.885,3	17%	63%	-118.535,5			
Transferências correntes	819.896,9		819.896,9	3.299.560,9		3.299.560,9	866.549,4	2.632.799,8		46.652,5	6%	80%	-666.761,1			
Venda de bens e serviços correntes	165.376,4		165.376,4	629.791,7		629.791,7	153.656,0	523.440,7		-11.770,4	-7%	83%	-106.351,0			
Outras receitas correntes	5.385,1		5.385,1	60.149,4		60.149,4	4.835,6	70.402,0		-549,5	-10%	117%	10.252,6			
Receitas de capital	41.918,8		41.918,8	230.841,6		230.841,6	89.496,0	315.270,6		47.577,2	113%	137%	84.429,0			
Venda de bens de investimento	0,0		0,0	9.999,9		9.999,9	3.450,0	10.403,8		3.450,0	n.a.	104%	403,9			
Transferências de capital	41.918,8		41.918,8	220.841,7		220.841,7	86.046,0	304.823,3		44.127,2	105%	138%	83.781,6			
Outras receitas de capital	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0	243,6		0,0	n.a.	n.a.	243,6			
Reposições não abatas nos pagamentos	922,6		922,6	1.835,9		1.835,9	0,0	70,0		-922,6	-100%	4%	-1.765,9			
RECEITA EFETIVA	1.535.974,7	0,0	1.535.974,7	6.390.579,0	0,0	6.390.579,0	1.618.982,5	5.064.143,8		83.007,8	5%	79%	-1.326.435,2			
Ativos financeiros	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	n.a.	n.a.	0,0			
Passivos financeiros	0,0	-11.423.784,1	11.423.784,1	14.279.352,4	2.855.568,3	11.423.784,1	11.423.784,1	11.423.784,1		0,0	0%	100%	0,0			Assistência financeira PAM
TOTAL DAS RECEITAS	1.535.974,7	-11.423.784,1	12.959.759,8	20.669.931,5	2.855.568,3	17.814.363,1	13.642.766,6	16.487.928,0		83.007,8	1%	93%	-1.409.098,4			
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,0	-990.340,1	990.340,1	990.340,1	0,0	990.340,1	990.340,1	990.340,1		0,0	0%	100%	0,0			
Despesas correntes	1.998.270,0	-223.753,1	2.222.023,1	8.518.432,4	0,0	8.518.432,4	1.751.776,7	4.190.008,1		7.184.318,8	-21%	49%	-4.328.424,3			
Despesa com o pessoal	564.272,2		564.272,2	2.271.935,1		2.271.935,1	509.466,3	1.609.248,4		1.737.949,2	-10%	71%	-662.686,8			
Aquisição de bens e serviços	1.316.690,1	-223.753,1	1.453.381,2	5.732.598,8		5.732.598,8	760.770,2	1.652.733,3		4.372.304,9	-51%	29%	-4.079.865,5			
Juros e outros encargos	45.637,9		45.637,9	197.260,5		197.260,5	203.186,3	513.381,3		557.243,5	345%	260%	316.320,8			
Transferências correntes	36.084,7		36.084,7	158.657,8		158.657,8	58.024,5	126.794,2		171.897,3	61%	80%	-31.863,6			
Subsídios	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	n.a.	n.a.	0,0			
Outras despesas correntes	35.690,1		35.690,1	157.980,1		157.980,1	220.329,4	287.650,9		344.923,9	517%	182%	129.670,8			
Despesa de capital	49.104,1	-344.001,2	393.105,4	366.542,4	-344.001,2	710.543,6	624.901,5	624.901,5		1.208.713,0	16%	88%	-85.642,2			
Aquisição de bens de capital	49.104,1	-344.001,2	393.105,4	366.542,4	-344.001,2	710.543,6	456.043,0	623.587,8		1.095.252,6	16%	88%	-86.955,8			
Transferências de capital	0,0		0,0	0,0		0,0	1.313,6	1.313,6		113.460,4	n.a.	n.a.	1.313,6			
Outras despesas de capital	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	n.a.	n.a.	0,0			
DESPESA PRIMÁRIA	2.001.796,2	-567.754,3	2.569.490,5	8.687.714,3	-344.001,2	9.031.715,5	2.005.947,1	4.301.128,3		-561.541,4	-22%	48%	-4.834.541,4			
DESPESA EFETIVA	2.001.796,2	-567.754,3	2.569.490,5	8.687.714,3	-344.001,2	9.031.715,5	2.005.947,1	4.301.128,3		-561.541,4	-22%	48%	-4.834.541,4			
Ativos financeiros	0,0		0,0	48.557,0		48.557,0	24.778,0	67.307,0		409.995,1	-16%	52%	-24.279,0			
Passivos financeiros	94.864,9	-10.856.029,8	10.856.029,8	10.856.029,8	476.663,3	-11.291.522,0	10.994.896,0	11.467.223,4		11.611.435,8	0%	97%	-300.561,9			Exporções de passivos financeiros
DESPESA TOTAL	2.142.293,1	-11.423.784,1	13.566.023,2	19.566.411,0	-11.635.523,2	21.044.319,3	13.024.029,3	16.306.411,0		20.071.774,6	-17%	77%	2.919.325,9			Exporções de passivos financeiros
Saldo corrente	-505.136,7		-728.889,8	-2.360.530,8		558.795,1	-2.222.280,2	558.795,1		506.599,7	-16,674,1		170.071,2			
Saldo de capital	-7.185,3		-351.186,6	-479.702,0		-309.630,8	-387.860,7	-309.630,8		646.551,3			3.403.952,0			v.a. * Pagamento de dívida a fornecedores através de receita não efetiva
Saldo primário	-465.761,5		-1.033.515,9	-2.297.135,2		-2.641.136,5	-886.964,6	762.315,5		489.002,9			3.087.631,2			
Saldo global/efetivo	-511.399,5		-1.079.155,8	-2.494.395,7		-2.338.396,9	-590.150,8	249.234,3		-44.001,2			34.841,0			
Saldo de ativos e passivos financeiros	-94.864,9		472.889,4	13.754.332,1		-161.262,7	472.889,4	-161.262,7		181.517,0			3.412.472,2			
Saldo total	-606.264,4		-606.264,4	-606.264,4		-606.264,4	-606.264,4	-606.264,4		44.001,2			34.841,0			

via - Pagamento de dívida a fornecedores através de receita não efetiva

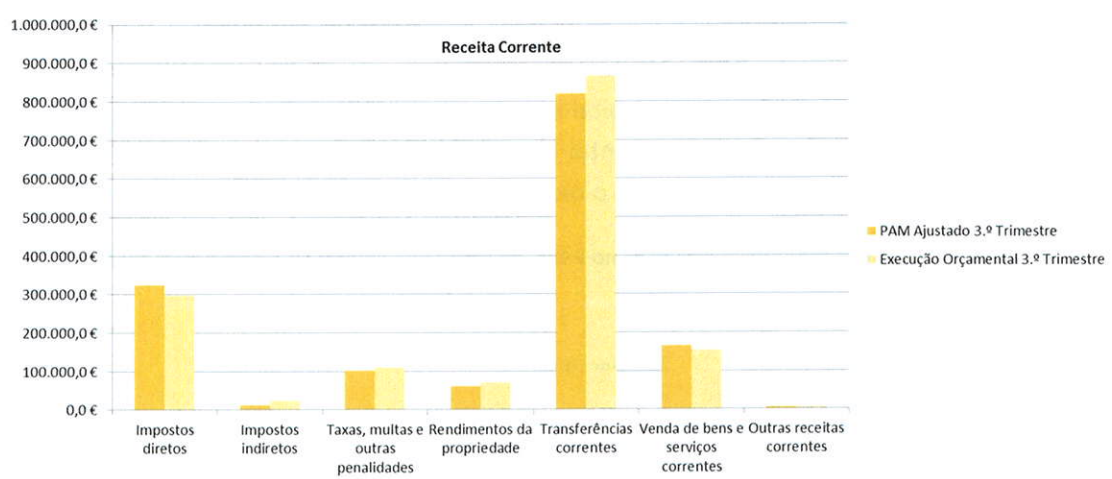


### 1.1. RECEITA

Em termos globais, a receita efetiva executada no 3.º trimestre é superior em cerca de € 83.007 à constante do PAM (Quadro I.1), o que representa um acréscimo de cerca de 5%. Em termos acumulados apresenta um grau de execução de cerca de 79% face ao valor previsto no PAM para o ano de 2016.

Em concreto, no que se refere a receita corrente, os valores do trimestre estão em linha com as previsões do PAM para o mesmo período, apresentado um desvio positivo de 2%. O desempenho positivo na execução orçamental da receita neste trimestre deveu-se ao aumento de transferências correntes face ao previsto decorrente do aumento de fundos destinados ao Município em sede de Orçamento do Estado. O gráfico infra traduz a execução orçamental da receita corrente do 3.º trimestre de 2016 face aos montantes previstos no PAM para o mesmo período.

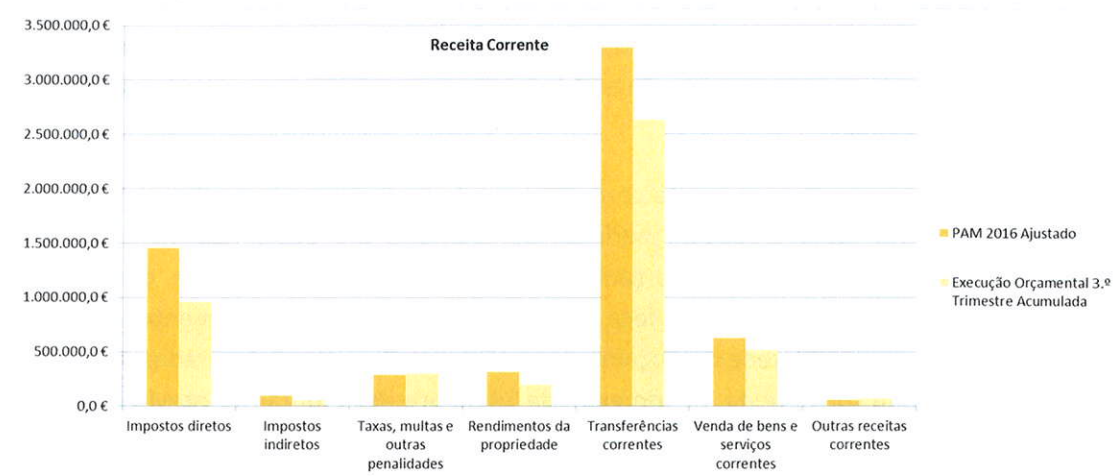
**GRÁFICO 1 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da receita corrente do 3.º trimestre face à execução no mesmo período**



Fonte: PAM e reporte à DGAL da informação da execução orçamental.

Em termos acumulados, o grau da execução da receita corrente encontra-se nos 77%. De salientar ainda que a execução orçamental acumulada apresenta uma execução superior ao previsto no PAM nas classificações económicas de taxas, multas e outras penalidades e nas outras receitas correntes, com um grau de 104% e 117% respetivamente. O gráfico infra traduz a execução orçamental da receita corrente acumulada ao 3.º trimestre de 2016 face aos montantes previstos no PAM para a totalidade do ano.

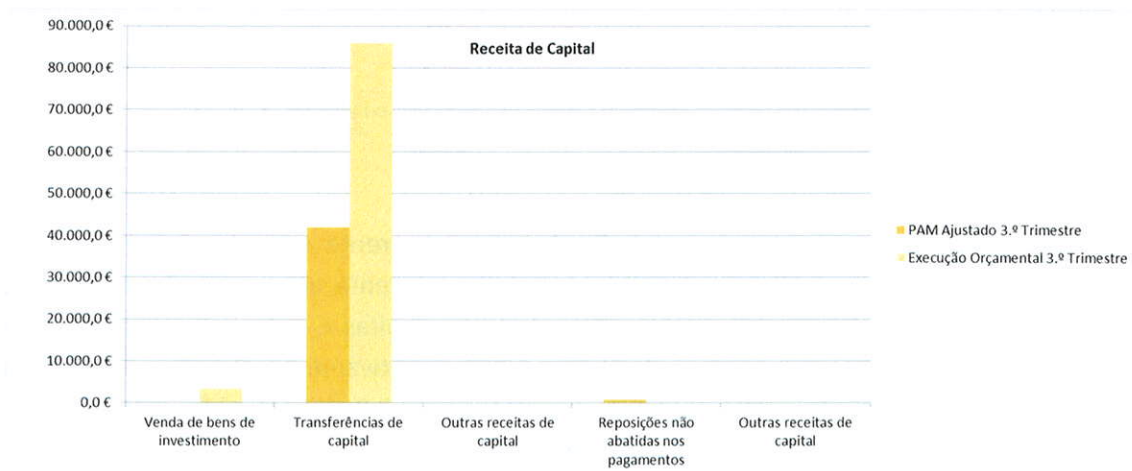
**GRÁFICO 2 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da receita corrente acumulados até ao 3.º trimestre face à execução acumulada no mesmo período**



Fonte: PAM e reporte à DGAL da informação da execução orçamental.

No que se refere às receitas de capital, os valores do trimestre apresentam uma variação positiva face às previsões do PAM para o mesmo período de 113%, sendo a classificação económica relativa a transferências de capital aquela que mais contribuiu para este aumento. O gráfico infra traduz a execução orçamental da receita de capital do 3.º trimestre de 2016 face aos montantes previstos no PAM para o mesmo período.

**GRÁFICO 3 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da receita de capital do 3.º trimestre face à execução no mesmo período**



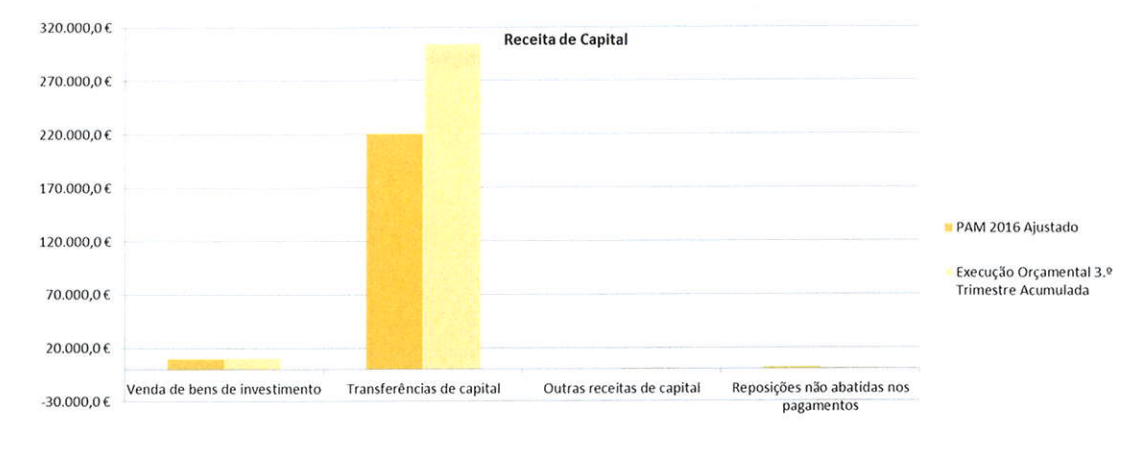
Fonte: PAM e reporte à DGAL da informação da execução orçamental.

Em termos acumulados, o grau da execução da receita de capital encontra-se nos 137%, sendo, como referido no parágrafo anterior, a classificação económica relativa a transferências de capital aquela que mais contribuiu para este aumento. Prevê-se que no final do exercício a receita de capital tenha uma execução superior à previsão inscrita no PAM, pelo que originará um excedente de receita. O gráfico infra traduz a execução orçamental da receita de capital acumulada do 3.º trimestre de 2016 face aos montantes previstos no PAM para o mesmo ano.



*[Handwritten signature]*

**GRÁFICO 4 - Comparação dos montantes previstos no PAM da receita de capital acumulados até ao 3.º trimestre face à execução acumulada no mesmo período**



Fonte: PAM e reporte à DGAL da informação da execução orçamental.

De notar ainda, os valores constantes no PAM relativos à receita de passivos financeiros foram ajustados em conformidade com a libertação da 1.ª tranche do empréstimo de assistência financeira do FAM, bem como o saldo transitado da gerência anterior.

Sobre a execução orçamental da receita total, no trimestre em análise, verifica-se um desvio positivo de 1% e o grau de execução orçamental da mesma, em termos acumulados, face ao PAM é de cerca de 93%, pelo que se prevê que o aumento de receitas face ao previsto origine um excedente de receita face à previsão orçamental.

## 1.2. DESPESA

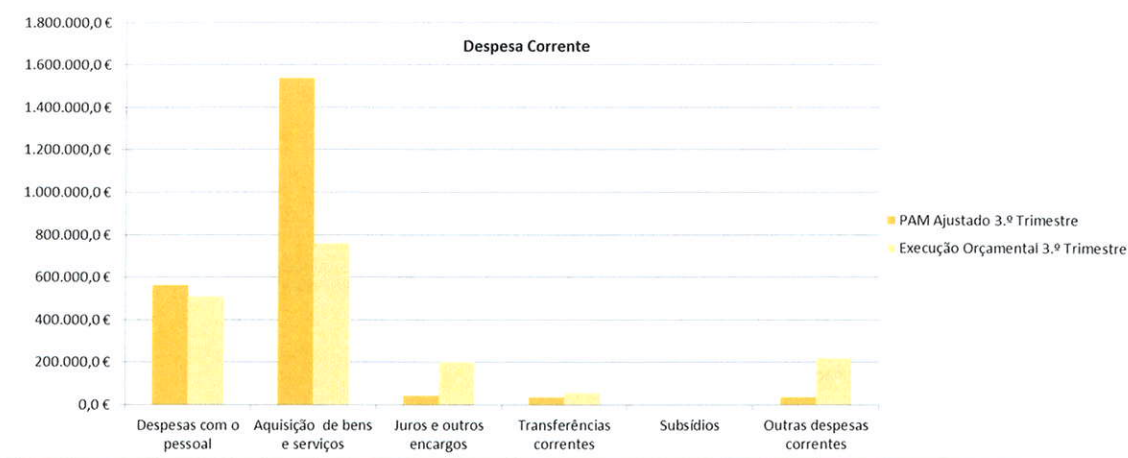
No que se refere à despesa efetiva a execução do 3.º trimestre apresenta um valor inferior em cerca de € 405.995 à constante do PAM (Quadro I.1), o que representa um decréscimo de cerca de 16%. Em termos acumulados apresenta um grau de execução de cerca de 52% face ao valor previsto no PAM para o ano de 2016.

De salientar que, na execução da despesa, os encargos com juros apresentaram uma variação positiva de cerca de € 157.548 face ao montante previsto no PAM. Este aumento para mais do triplo do previsto resulta no ajustamento financeiro decorrente da reestruturação da dívida, que ocorreu em fase posterior ao previsto no PAM. Relativamente à rubrica “Outras Despesas Correntes” a mesma apresenta um desvio de cerca de 517% face ao PAM para o mesmo período.

No que se refere a aquisição de bens e serviços, verificou-se uma contração da despesa no trimestre face ao valor previsto no PAM de cerca de 51%. Apesar das rubricas de “juros e outros encargos” e “outras despesas correntes” apresentarem desvios superiores ao previsto, em termos globais, a execução da despesa está dentro dos parâmetros previstos, dada a contração verificada na rubrica de “aquisição de bens e serviços” estando a despesa corrente do Município com um desvio negativo de cerca de 21% ao previsto no PAM para o período em

análise. O gráfico infra traduz a execução orçamental da despesa corrente do 3.º trimestre de 2016 face aos montantes previstos no PAM para o mesmo período.

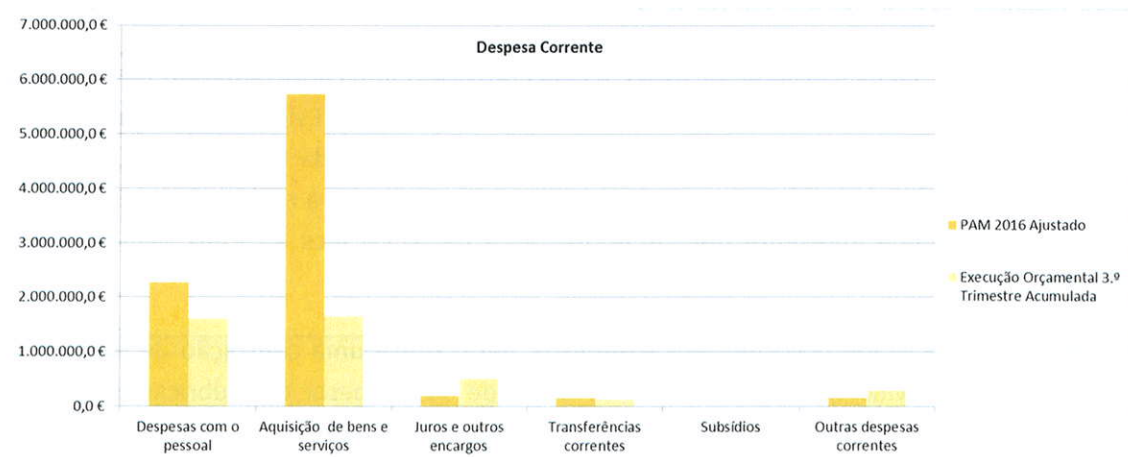
**GRÁFICO 5 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da despesa corrente do 3.º trimestre face à execução no mesmo período**



Fonte: PAM e reporte à DGAL da informação da execução orçamental.

Em termos acumulados, o grau de execução orçamental da despesa corrente é de cerca de 49% face ao previsto no PAM para o exercício de 2016. Apesar do grau de execução orçamental das rubricas de “juros e outros encargos” e “outras despesas correntes” terem ultrapassado amplamente as previsões do PAM, a contração de despesa com “aquisição de bens e serviços”, apresentando um grau de execução acumulado de 29%, contribui para a redução da execução da despesa corrente do Município. O gráfico infra traduz a execução orçamental da despesa corrente acumulada do 3.º trimestre de 2016 face aos montantes previstos no PAM para o mesmo ano.

**GRÁFICO 6 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da despesa corrente acumulados até ao 3.º trimestre face à execução acumulada no mesmo período**



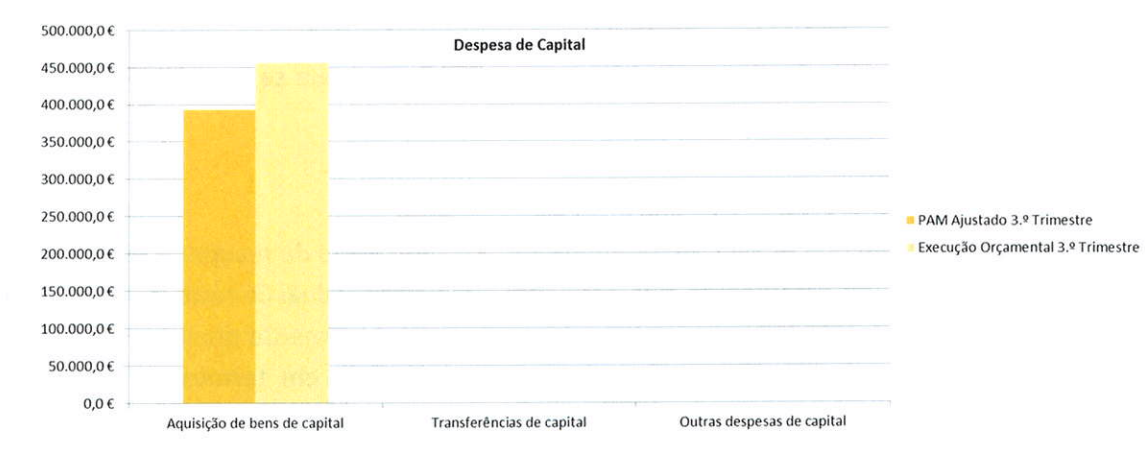
Fonte: PAM e reporte à DGAL da informação da execução orçamental.



Relativamente às despesas de capital, e depois de ajustada a rubrica de aquisição de bens de capital no PAM, no seguimento do esclarecimento prestado pelo Município sobre a execução da mesma, verifica-se ainda assim um acréscimo de 16% face ao valor previsto no PAM. No entanto, o acréscimo aqui verificado é compensado com a redução da despesa corrente.

Os gráficos infra traduzem a execução orçamental da despesa de capital face aos montantes previstos no PAM. O gráfico 7 traduz a execução orçamental da despesa de capital do 3.º trimestre de 2016 face aos montantes previstos no PAM para o mesmo período.

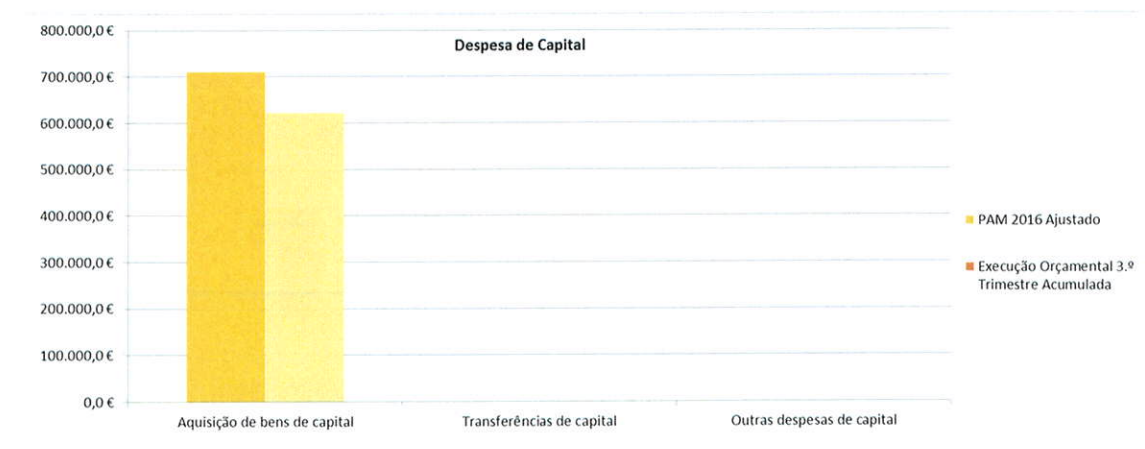
**GRÁFICO 7 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da despesa de capital do 3.º trimestre face à execução no mesmo período**



Fonte: PAM e reporte à DGAL da informação da execução orçamental.

O grau de execução orçamental acumulada da referida rubrica é cerca de 88% face à previsão do PAM para o corrente exercício pelo que a despesa se encontra dentro dos limites anuais previstos. O gráfico 8 traduz a execução orçamental da despesa de capital acumulada do 3.º trimestre de 2016 face aos montantes previstos no PAM para o mesmo ano.

**GRÁFICO 8 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da despesa de capital acumulados até ao 3.º trimestre face à execução acumulada no mesmo período**



Fonte: PAM e reporte à DGAL da informação da execução orçamental.

No que respeita aos passivos financeiros, foram efetuados ajustamentos aos montantes previstos no PAM de forma a contemplarem os desembolsos realizados pelo FAM ao abrigo do Contrato de Empréstimo de Assistência Financeira visado pelo Tribunal de Contas a 11 de julho de 2016.

Relativamente à despesa total, a execução do 3.º trimestre revela um desvio negativo de cerca de 17% e uma execução acumulada de 77%, pelo que a despesa total se encontra dentro dos parâmetros de execução anual previstos no PAM.

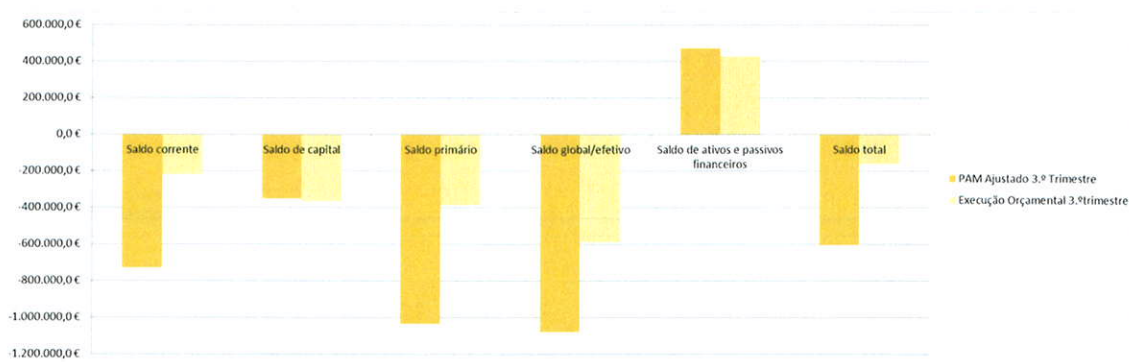
Sobre os compromissos registados pelo Município para o corrente ano, verifica-se uma taxa de cerca de 170% nas rubricas afetas às despesas de capital resultante da transição de compromissos referentes a dívida comercial de exercícios transatos. Os compromissos totais do Município apresentam uma taxa de 90% face ao PAM, pelo que se encontra dentro dos valores previstos.

### 1.3. SALDOS ORÇAMENTAIS

A perspetiva do FAM é que os municípios aderentes aos programas de recuperação financeira devem gerar excedentes orçamentais que permitam a redução gradual do rácio da dívida total da autarquia para que esta se venha a situar abaixo do limiar legalmente previsto, sendo este indicador, no atual enquadramento, considerando como crítico em termos da análise da sustentabilidade das finanças autárquicas, sendo que no entanto esta só se poderá avaliar numa perspetiva dinâmica e não somente estática.

Os saldos apurados no 3.º trimestre do corrente ano apresentam, no seu conjunto (saldo global) um desvio positivo em cerca de € 445.001. Apesar do saldo de capital apresentar um desvio negativo em cerca de € 16.674, o mesmo acaba por ser compensado pelo saldo corrente positivo de cerca de € 506.600. As diferenças positivas face aos montantes previstos, deve-se à previsão em baixa durante o período de ajustamento. O gráfico 9 traduz o apuramento dos saldos face aos montantes previstos no PAM.

**GRÁFICO 9 - Comparação dos montantes previstos no PAM, dos saldos orçamentais do 3.º trimestre face à execução no mesmo período**

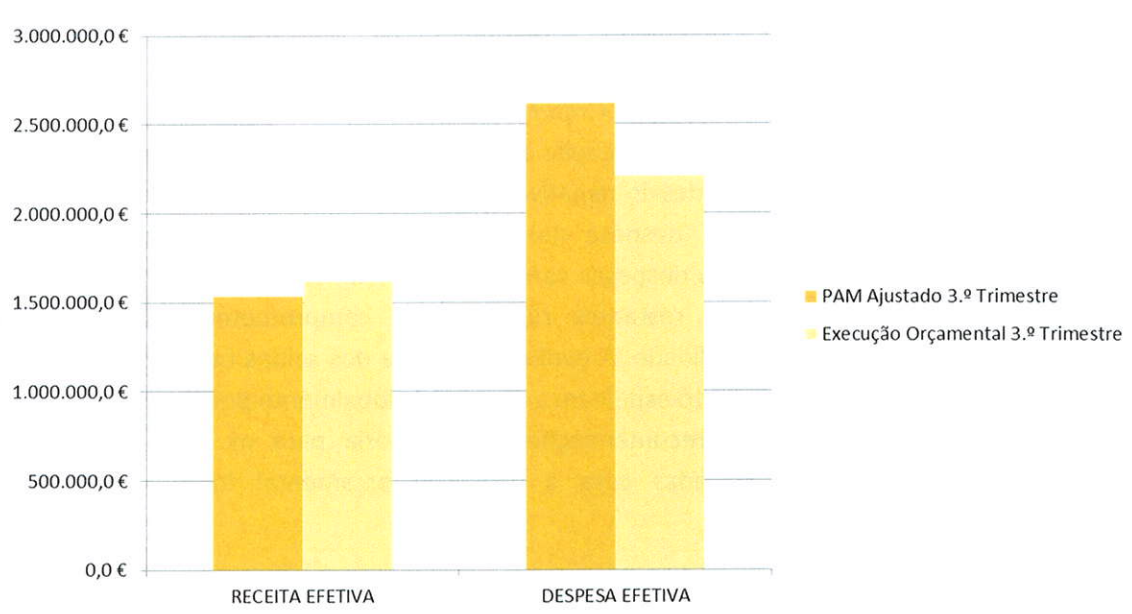


Fonte: PAM e reporte à DGAL da informação da execução orçamental.



No gráfico 10 poder-se-á verificar os montantes executados referentes à receita efetiva e despesa efetiva, demonstrando uma execução positiva face às previsões contantes no PAM.

**GRÁFICO 10 - Comparação dos montantes previstos no PAM, da receita e despesa efetiva do 3.º trimestre face à execução no mesmo período**



Fonte: PAM e reporte à DGAL da informação da execução orçamental.

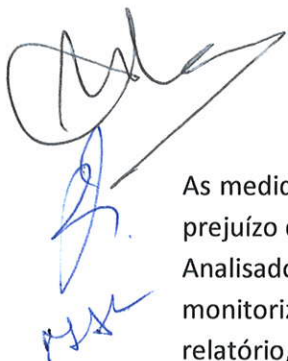
Em termos legais, o apuramento da dívida total do Município é calculada para o último dia do exercício, o valor disponível reporta-se a 31 de dezembro de 2015, pelo que não será possível efetuar uma análise quanto à evolução da mesma no presente relatório.

### III. CONCLUSÕES

Após a análise ao cumprimento das medidas contratualizadas no PAM, conclui-se que, no que se refere ao equilíbrio orçamental, as medidas da receita foram total ou parcialmente cumpridas à exceção do previsto no ponto 8, no que se refere à adoção de medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível de aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do Município, sem prejuízo das recomendações de melhoria para os períodos futuros.

Do lado da despesa, as medidas foram total ou parcialmente cumpridas, à exceção do previsto no ponto 17, no que se refere à adoção de medidas de redução da despesa corrente e de capital, relativos aos consumos intermédios, sem prejuízo das recomendações de melhoria para os períodos futuros.

Sobre o Plano de Reestruturação da Dívida (PRD), as medidas previstas foram totalmente cumpridas.



As medidas previstas relativas à Assistência financeira foram cumpridas na generalidade, sem prejuízo das recomendações de melhoria para os períodos futuros.

Analizados os dados relativos à execução orçamental, o relatório do Município sobre a monitorização do 3.º trimestre do PAM e os esclarecimentos dados, retratados no presente relatório, conclui-se que, apesar de existirem alguns incumprimentos pontuais nas medidas previstas e a execução orçamental não ser exatamente aquela que foi prevista no PAM, considera-se que o PAM foi globalmente cumprido no 3.º trimestre, sem prejuízo das recomendações de melhoria para os períodos futuros.

No que se refere à Análise da Execução Orçamental até ao 3.º trimestre de 2016 face à previsão de execução prevista no PAM, a receita total apresenta um ligeiro desvio positivo de cerca de 1% e a despesa total um desvio negativo de cerca de 17%. Apesar da existência de desvios significativos no lado da despesa nas rubricas de “Juros e outros encargos”, “Transferências correntes”, “Outras despesas correntes” e “Aquisição de bens de capital”, os mesmos foram acomodados nas restantes rubricas não comprometendo os objetivos orçamentais traçados na sua globalidade. A evolução positiva dos saldos orçamentais face às previsões em período de ajustamento espelham a execução globalmente positiva.

Assim sendo, sem prejuízo das recomendações de melhoria para os períodos futuros, considera-se que as metas traçadas para a execução orçamental foram globalmente cumpridas.

#### **IV. PROPOSTA E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Face ao exposto, a Direção Executiva do FAM apresenta o presente relatório considerando que as obrigações decorrentes do Plano de Ajustamento Municipal no Município de Vila Nova de Poiares foram cumpridas satisfatoriamente, estando reunidas as condições para a libertação da 2.ª tranche, sem deixar de contudo entender emitir as seguintes recomendações:

- a) Deverão ser tomadas medidas que garantam a aplicação de fatores majorativos, nos termos e para os efeitos legalmente previstos, no que se refere à taxa de IMI e derrama;
- b) Relativamente aos benefícios fiscais, deverão ser tomadas medidas que levem à revisão dos regulamentos das taxas e preços com vista à revogação das cláusulas referentes às isenções e benefícios fiscais. Devendo ainda apurar quais os montantes referentes a isenções e benefícios fiscais que ainda se encontrem em vigor para que seja possível a análise da evolução da despesa fiscal;
- c) Deverão ser tomadas medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível de aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do Município, com os impactos, por ano, constantes do Mapa 3, anexo ao PAM;
- d) Ser tomadas medidas de controlo e limitação dos custos com remunerações eventuais para que não sejam ultrapassados os limites anuais;



- e) Desenvolver esforços adicionais com vista à implementação de medidas de redução da despesa corrente e de capital, com os impactos mínimos, por ano, constantes no Mapa 3, anexo ao PAM, designadamente no que se refere aos consumos intermédios, outros serviços (5 mil €/ano até 2019), assim como promover a implementação das medidas adicionais referidas no Relatório da Direção Executiva do FAM sobre o PAM nomeadamente:
- Plano de reformulação dos procedimentos de receita nas áreas do licenciamento, cobrança, fiscalização, contraordenações e execuções fiscais;
  - Plano de redução das despesas correntes com a aquisição de bens e serviços, que conduza à redução de pelo menos 5% deste tipo de despesa no primeiro ano e de 2,5% em cada um dos anos seguintes;
- f) Ser tomadas medidas de controlo e limitação dos custos com a aquisição serviços na rubrica de “Outros serviços” para que não sejam ultrapassados os limites anuais;
- g) Relativamente à execução orçamental, deverão ser tomadas medidas de contenção na despesa nas rubricas e “Juros e outros encargos”, “Transferências correntes”, “Outras despesas correntes” e “Aquisição de bens de capital”.

Lisboa, 31 de janeiro de 2017

A Direção Executiva,



**Miguel Almeida**  
Presidente  
Direção Executiva



**Carla Ribeiro**  
Vogal  
Direção Executiva



**Manuel Claro**  
Vogal  
Direção Executiva